



**COLETA DE PREÇOS - ESTIMATIVA  
PROCESSO 109/2023**

A instituição **PROJETO SOCIAL CRESCE COMUNIDADE – PRIMA QUALITÁ SAÚDE**, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede à Travessa do Ouvidor, nº 21, sala 503, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Cep: 20040-040, inscrita no CNPJ sob nº **40.289.134/0001-99**, vem, por sua Analista de Compras abaixo assinada, contratação de empresa especializada em fornecimento de **SOLUÇÃO ESTERILIZANTE**, para atender as necessidades das unidades gerenciadas pela OS Prima Qualitá Saúde por meio do Contrato de Gestão nº 033/2021, com o município de Saquarema e do Contrato de Gestão nº 081/2023, com o município de Arraial do Cabo, conforme especificações no Termo de Referência anexo.

**Data para recebimento das Propostas: até 10/07/2023 às 17:00 horas.**

Ficamos à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos no telefone (21) 96673-1334 e e-mail: [primaqualitasaudeos@gmail.org](mailto:primaqualitasaudeos@gmail.org)

Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2023.

**Ivanete S. Motta**  
**Analista de Compras**

## INSERIR LOGO OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

### COLETA DE PREÇOS - ESTIMATIVA

À Prima Qualidade Saúde.  
**PROCESSO Nº 109/2023.**

**Dados da Proponente:**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

**Dados Bancários:**

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

Apresentamos, cotação de preços para compor estimativa para os itens abaixo relacionados, conforme discriminado no respectivo Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Desinfetante hospitalar concentrado de alto nível com ação antimicrobiana, cujo o princípio ativo é o Hipoclorito de sódio estabilizado a 4%, indicado para artigos odonto médico- hospitalar, semicríticos, não críticos, superfícies fixas e ambientes, compatível para uso em endoscópios, acessórios em endoscopia, artigos de assistência respiratória, laringoscópios, tonômetros, transdutores endocavitários, espêculos, anel de prova para diafragmas, almotolias, nasofibroscópios, entre outros. Composição: Carbonato de sódio 3,1%, Carbonato de potássio 0,6%, Cloreto de sódio e veículo. Não Tóxico, não corrosivo, transparente, pH em torno de 10,5, não inflável, sem necessidade de enxagues para artigos não críticos e superfícies fixas, podendo ser descartável na rede de esgoto sem a necessidade de tratamento (neutralizante), com duração de 24 horas do produto diluído, consta registro na ANVISA M.S. FISPQ, ficha técnica, instruções sobre diluição, orientação de uso do produto, validade após diluição.	Litro	35			



Tempo de contato 15 minutos. 5ml de produto para cada 1L de água. Embalagem em material que garante a integridade do produto, com nome do produto, data de validade, código do lote, data de fabricação, nome do responsável técnico pelo produto, diluição, validade após produto diluído, número da notificação junto ao ministério da saúde (Registro na ANVISA) Em sua dose de diluição o produto não é corrosivo, não tóxico, sem necessidade de desmineralização da água, eficiente em uma ampla faixa de pH: 4 a 10, possibilidade de ser descartado diretamente na rede sem necessidade de neutralização.				
				<b>VALOR TOTAL</b>

Valor Total por Extenso: \_\_\_\_\_

Declaramos estar ciente e concordar integralmente com os termos e condições contidas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços acima citados encontram-se incluídos impostos, taxas, fretes e demais despesas inerentes ao objeto em questão.

**PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do Contrato;

**Validade da proposta:** 60 dias.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXXXXXX de 2023.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL  
CARIMBO CNPJ

## **RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO**

### **(A) HABILITAÇÃO JURÍDICA**

A1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

A2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

A3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada da prova de composição da Diretoria em exercício;

A4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **(B) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

B1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

B2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, se houver, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

B3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

B4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual, comprovando a inexistência de débitos inscritos, expedida pela PGE, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

B5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

B6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

B7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2º do art. 642-A, Título VII-A da CLT;

B8. Cópia dos documentos dos sócios.